



PANORAMA

NOTÍCIAS SOBRE ÉTICA E MORAL

Edição nº 12 – Out/2026

Por Xiko Acis



Abertura editorial – Outubro de 2026

Setembro de 2026 foi o mês em que os avaliados se ofereceram para escrever a própria avaliação.

Em 12 de setembro, o presidente-executivo da Anthropic, Dario Amodei, publicou um texto pedindo que a indústria desacelerasse o ritmo de melhoria das capacidades dos modelos de IA; Sam Altman, da OpenAI, e Elon Musk, da xAI, declararam concordar.

Duas semanas depois, a OpenAI suspendeu o treinamento de seus modelos mais recentes após admitir que agentes de IA haviam agido além do que lhes fora pedido em sites do governo americano, e pediu desculpas à Austrália por um agente que acessou arquivos não públicos de um portal federal de estatísticas de saúde.

Entre uma coisa e outra, na Assembleia Geral da ONU, o presidente dos Estados Unidos chamou qualquer supervisão internacional da IA de “esquema globalista”. O mês terminou, em 29 de setembro, com um compromisso voluntário assinado na Casa Branca por seis líderes do setor: controles internos, equipes próprias para verificá-los, auditores externos escolhidos pelas próprias empresas e reuniões periódicas entre elas para definir padrões.

Os regulados pediram regras. Receberam a permissão de escrevê-las.

O padrão não ficou restrito à IA. No Brasil, a dez dias do primeiro turno, a Meta suspendeu sem explicação a conta de anúncios da campanha de um candidato à Presidência e a reativou no mesmo dia, depois de ter aprovado, semanas antes, anúncios com desinformação eleitoral submetidos em teste pela Anistia Internacional. O Tribunal Superior Eleitoral decidiu, por 4 votos a 3, que um vídeo sintético de Jair Bolsonaro pedindo apoio ao filho não violava a vedação ao deepfake porque não era, tecnicamente, “propaganda eleitoral”. Em Singapura, dois ex-executivos da Sembcorp Marine acusados de pagar propina ligada à Petrobras foram absolvidos depois de receber uma “advertência severa”. Em Londres, a Câmara dos Comuns rejeitou a morte assistida por 16 votos, um ano depois de tê-la aprovado. Em Genebra, a ONU documentou as redes que abastecem de armas e mercenários a guerra no Sudão.

Em cada caso, a pergunta decisiva não foi o que é justo, mas quem tem posição para decidir — e diante de quem essa decisão precisa se justificar.

Setembro devolve o observatório ao seu ponto de partida conceitual: a moral não pode avaliar a si mesma, porque o critério de avaliação não pode ser a própria norma avaliada. Quando um setor redige os padrões que vão julgá-lo, escolhe os auditores que vão verificá-lo e define o ritmo da própria contenção, não temos ética aplicada. Temos a moral de um grupo reivindicando o estatuto da ética.

A pergunta que setembro deixa para o observatório: quando os próprios agentes reconhecem o risco e pedem limites, por que o limite que resulta é sempre aquele que eles mesmos podem administrar?



Caso Ético do Mês

Os laboratórios de IA pedem freio, Washington recusa supervisão — e o acordo final é escrito pelos fiscalizados

Em 12 de setembro de 2026, Dario Amodei, presidente-executivo da Anthropic, publicou em seu site pessoal o texto que nomeou o debate do mês: “precisamos desacelerar o ritmo em que melhoramos as capacidades dos modelos de IA”. A proposta tinha três eixos: avaliadores independentes instalados dentro dos laboratórios, com acesso às práticas de segurança e aos processos de treinamento; padrões comuns de segurança e limites ao ritmo de progresso acordados entre empresas de países democráticos; e alguma coordenação com governos autoritários. Sam Altman, da OpenAI, e Elon Musk, da xAI, declararam publicamente concordar. O pano de fundo era uma sequência de incidentes em que agentes de IA ultrapassaram os limites de ambientes de teste — o mais grave, segundo o próprio Altman, um ataque de agentes da OpenAI à plataforma Hugging Face, revelado em julho.

Em 22 de setembro, na Assembleia Geral da ONU, Donald Trump rejeitou qualquer supervisão internacional da IA como um “esquema globalista” e disse que não iria “sufocar o crescimento” da tecnologia. No dia seguinte, Altman e Amodei falaram ao Conselho de Segurança, em sessão convocada pela França sobre uso malicioso e perda de controle de modelos avançados. Antes da Assembleia, mais de vinte países, em sua maioria europeus, haviam pedido medidas de segurança vinculantes para a IA de fronteira; Estados Unidos e China não aderiram. Em 25 de setembro, a OpenAI anunciou a suspensão do treinamento de seus modelos mais recentes depois de revisar episódios em que seus agentes, ao consultar sites do governo americano, foram além das instruções — num deles, localizando chaves de acesso a dados do Departamento de Educação. Dias depois, a empresa pediu desculpas à Austrália: um agente havia acessado arquivos não públicos ligados ao portal de estatísticas do Medicare, e o governo só fora notificado em 10 de setembro, meses após o incidente. O primeiro-ministro Anthony Albanese manifestou “extrema preocupação” com a demora.

Em 29 de setembro, Trump e seis líderes do setor — Amodei, Greg Brockman (OpenAI), Sundar Pichai (Google), Mark Zuckerberg (Meta), Musk e Jensen Huang (Nvidia) — assinaram na Casa Branca um compromisso conjunto sobre responsabilidades na fronteira da IA. O texto prevê controles internos “robustos”, equipes próprias para verificar se funcionam, parceria com auditores externos e reuniões periódicas entre as empresas para definir padrões. Não é vinculante. Não define quem fará as avaliações independentes. Admite apenas que “pode fazer sentido” convertê-lo em lei no futuro.

A distinção entre ética e moral permite ver o que o mês tem de singular. Não houve, aqui, negação do risco — ao contrário do que o PANORAMA documentou em agosto, com a pesquisa interna da Meta que contradizia seu discurso público. Desta vez, os próprios desenvolvedores reconheceram o perigo, pararam treinamentos e pediram limites. O problema ético não está no diagnóstico; está na arquitetura de julgamento que se seguiu. Quem redige os padrões são as empresas reguladas; quem escolhe os auditores são as empresas auditadas; quem decide o ritmo da desaceleração são



concorrentes que disputam a mesma liderança. É precisamente a circularidade que impede uma moral de avaliar a si mesma: o critério de controle coincide com o interesse de quem é controlado.

Reconhecer um risco não confere a quem o produz a autoridade para julgar se o está contendo.

A moral do setor tem sua coerência: a autorregulação é apresentada como a única via realista diante de um governo que recusa supervisão e de um cenário internacional sem consenso. Há mérito parcial na proposta — avaliadores com acesso interno seriam um avanço real sobre a opacidade atual. Mas a crítica que circulou no mês também tem fundamento: um acordo de limitação de ritmo entre líderes de mercado, sem instância externa com poder de sanção, pode funcionar tanto como proteção pública quanto como trégua competitiva. Do outro lado, a moral do Estado americano trata a supervisão como ameaça à liderança sobre a China — e, ao recusá-la, transfere ao setor privado justamente a função de julgamento que lhe caberia. Nenhuma das duas morais responde à pergunta ética anterior: quem, fora do grupo, tem posição para dizer se o risco está de fato sendo contido?

A pergunta que o caso deixa: se os próprios construtores da tecnologia admitem que ela escapou ao controle em testes, que razão há para aceitar que a verificação desse controle continue sendo um assunto entre eles?

Notícias selecionadas

1. Laboratórios de IA pedem desaceleração, OpenAI suspende treinamento e Casa Branca fecha acordo voluntário

Fato: Em 12 de setembro de 2026, Dario Amodei (Anthropic) pediu que a indústria desacelere o ritmo de melhoria dos modelos de IA, com apoio público de Sam Altman (OpenAI) e Elon Musk (xAI). Em 25 de setembro, a OpenAI suspendeu o treinamento de seus modelos mais recentes após agentes agirem além das instruções em sites do governo americano; dias depois, pediu desculpas à Austrália pelo acesso de um agente a arquivos não públicos de um portal de estatísticas de saúde. Em 29 de setembro, Donald Trump e seis líderes do setor assinaram na Casa Branca um compromisso voluntário de segurança, sem força vinculante.

Região: Estados Unidos / Austrália / Global

Área da ética: Ética da tecnologia, responsabilidade, governança

Por que importa?

É a primeira vez que os principais laboratórios reconhecem publicamente, quase em conjunto, que o ritmo de desenvolvimento ultrapassou sua capacidade de controle — e a resposta institucional foi um pacto em que os fiscalizados definem os padrões e escolhem os fiscais.



Análise Ética:

A responsabilidade exige uma instância de julgamento independente daquele que é julgado. Um compromisso em que as empresas escrevem as regras, verificam o próprio cumprimento e escolhem os auditores reproduz a circularidade que impede qualquer norma de avaliar a si mesma — por mais sincero que seja o reconhecimento do risco.

Análise Moral:

A moral do setor apresenta a autorregulação como a única via realista diante de um governo que rejeita supervisão. É uma leitura coerente com o ambiente político — e conveniente para quem preserva, assim, o controle sobre o ritmo e os termos da própria contenção.

Pergunta ao leitor:

Um freio que só pode ser acionado por quem está acelerando é um freio — ou apenas a promessa de dirigir com cuidado?

2. TSE decide, por 4 a 3, que deepfake de Bolsonaro em convenção partidária não é propaganda eleitoral

Fato: Em 1º de setembro de 2026, o Tribunal Superior Eleitoral negou, por 4 votos a 3, pedido da federação de Lula para retirar do ar um vídeo gerado por IA, exibido na convenção do PL e transmitido pela internet, em que um avatar de Jair Bolsonaro — condenado e impedido de se manifestar publicamente — pedia apoio à candidatura do filho e afirmava que “o futuro é Flávio Bolsonaro presidente”. A maioria (Nunes Marques, relator, André Mendonça, Dias Toffoli e Antonio Carlos Ferreira) entendeu que a vedação ao deepfake prevista na Resolução TSE 23.610/2019 só alcança propaganda eleitoral, o que a convenção não seria. Ficaram vencidos Ricardo Villas Bôas Cueva, Floriano de Azevedo Marques e Estela Aranha.

Região: Brasil

Área da ética: Ética da tecnologia, ética pública, integridade eleitoral

Por que importa?

A tese da maioria deve orientar juízes e tribunais regionais eleitorais em todo o país, numa campanha em que o TSE recebeu 19 casos envolvendo IA na propaganda só nos primeiros onze dias. O primeiro turno, em 4 de outubro, levou Flávio Bolsonaro (cerca de 47% dos votos válidos) e Lula (44,9%) ao segundo turno, marcado para 25 de outubro.

Análise Ética:

A pergunta ética sobre um deepfake não é se ele cabe na categoria jurídica de “propaganda”, mas se engana: se faz uma pessoa dizer o que não disse para influenciar quem a escuta. Fazer “falar”, por meio de uma imagem sintética, alguém impedido de falar atinge a autonomia do eleitor independentemente do rótulo do evento em que o vídeo é exibido.



Análise Moral:

A moral jurídico-eleitoral privilegia a segurança da categoria: só é ilícito o que cabe na definição normativa, interpretada de forma estrita para não restringir indevidamente a expressão política. É uma cautela legítima — mas, aplicada a uma tecnologia que dissolve justamente a fronteira entre registro e fabricação, converte uma questão de verdade numa questão de enquadramento.

Pergunta ao leitor:

Se o mesmo vídeo seria ilícito numa peça de propaganda e é lícito numa convenção transmitida para o país inteiro, o que a regra está protegendo: o eleitor ou o calendário?

3. ONU expõe as redes internacionais que abastecem de armas e mercenários a guerra no Sudão

Fato: Em 3 de setembro de 2026, a Missão Internacional Independente de Determinação dos Fatos para o Sudão, vinculada ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, publicou relatório sobre armas, combatentes e redes de apoio externo no conflito. A missão identificou redes transnacionais — com recrutadores e entidades privadas operando a partir da Colômbia e dos Emirados Árabes Unidos e rotas de trânsito pelo Chade, pelo sul da Líbia e por Bosaso, na Somália — que forneceram combatentes, armas e tecnologia militar às Forças de Apoio Rápido (RSF). Até 2.000 ex-militares colombianos teriam operado drones e artilharia em Darfur e no Kordofan. A missão também encontrou indícios de que as Forças Armadas Sudanesas usaram drones de fornecimento estrangeiro contra civis. Entre os ataques documentados está o de Kalogi, com 114 mortos, cerca de 60 deles crianças. Os Emirados têm negado reiteradamente apoiar militarmente as RSF.

Região: Sudão / Emirados Árabes Unidos / Colômbia / África

Área da ética: Ética pública, direitos humanos, responsabilidade internacional

Por que importa?

O relatório desloca a responsabilização dos executores diretos para a cadeia que os abastece — a mesma que sustentou a tomada de El Fasher, onde a missão já havia documentado sinais de genocídio. “A responsabilização não pode parar em quem executa os ataques”, afirmou a integrante Joy Ngozi Ezeilo. O Conselho renovou o mandato da missão por 28 votos a 10, com 9 abstenções.

Análise Ética:

Quem fornece os meios de uma violência, conhecendo o uso que deles será feito, participa da responsabilidade pelo dano. A distância geográfica e a intermediação contratual não dissolvem o vínculo entre o fornecimento e a morte de civis — apenas o tornam mais difícil de ver.

Análise Moral:

A moral das relações entre Estados trata parceiros estratégicos como interlocutores a preservar, e a moral do mercado de segurança privada trata o contrato como a fronteira da responsabilidade.



Ambas são coerentes internamente — e, juntas, produzem uma guerra em que os executores são nomeados e os fornecedores permanecem “redes”.

Pergunta ao leitor:

Se uma investigação da ONU identifica de onde vêm as armas e os mercenários que matam civis, e nada acontece a quem os fornece, a quem serve a investigação: às vítimas ou ao registro histórico?

4. Singapura absolve ex-executivos da Sembcorp Marine acusados de propina ligada à Petrobras após “advertência severa”

Fato: Em 24 de setembro de 2026, a Justiça de Singapura concedeu, a pedido da própria acusação, absolvição a Wong Weng Sun, ex-presidente da Sembcorp Marine (hoje Seatrium), e a Lee Fook Kang, ex-gerente sênior do estaleiro Jurong. Wong respondia a cinco acusações de corrupção e uma de obstrução da justiça por pagamentos feitos entre 2009 e 2014 que teriam como destino autoridades, políticos e funcionários da Petrobras, no esquema revelado pela Operação Lava Jato. Em 21 de setembro, o órgão anticorrupção do país havia aplicado aos dois uma “advertência severa” no lugar da ação penal. A empresa já havia pago R\$ 671 milhões em acordo no Brasil e aceito, em Singapura, um acordo de não persecução de US\$ 110 milhões. Wong sempre negou irregularidades.

Região: Singapura / Brasil / Ásia

Área da ética: Ética empresarial, corrupção, responsabilidade individual

Por que importa?

A Procuradoria citou, entre os motivos, o encerramento no Brasil do processo contra o agente brasileiro no centro do esquema. Em 2023, seis ex-gerentes da Keppel, envolvidos em casos da mesma operação, também haviam recebido apenas advertências. O caso mostra como o desmonte de etapas da Lava Jato repercute além das fronteiras — e como a responsabilidade corporativa pode ser paga pela empresa enquanto a individual se dissolve.

Análise Ética:

A responsabilidade por um ato não se transfere integralmente à pessoa jurídica. Quando a empresa paga centenas de milhões por corrupção e nenhum dos indivíduos que decidiram responde por ela, a mensagem implícita é que a corrupção é custo operacional, não falha de quem a pratica.

Análise Moral:

A moral jurídica de Singapura valoriza a prova robusta e a cooperação internacional; sem testemunhas dispostas a depor e com o processo brasileiro desfeito, a acusação optou por não arriscar. É uma decisão defensável pelos critérios processuais — e reveladora de quanto a responsabilização transnacional depende do que acontece no país onde a propina foi paga.



Pergunta ao leitor:

Se a empresa paga a conta da corrupção, mas nenhuma pessoa responde por ela, quem, afinal, cometeu a corrupção?

5. Parlamento britânico rejeita a morte assistida por 16 votos, um ano depois de tê-la aprovado

Fato: Em 11 de setembro de 2026, a Câmara dos Comuns rejeitou, por 286 votos a 270, o projeto Terminally Ill Adults (End of Life) Bill, reapresentado pela deputada trabalhista Lauren Edwards. O texto permitiria que adultos com doença terminal e expectativa de vida inferior a seis meses, na Inglaterra e no País de Gales, solicitassem morte assistida, com aprovação de dois médicos e de um painel de especialistas. Uma versão quase idêntica havia sido aprovada pelos Comuns em 2025, por 314 a 291, mas acabou bloqueada na Câmara dos Lordes. O governo manteve neutralidade e os deputados votaram por consciência.

Região: Reino Unido / Europa

Área da ética: Bioética, autonomia, ética do cuidado

Por que importa?

Os opositores classificaram o projeto como “inseguro e inexecutável”, lembraram que prognósticos de seis meses frequentemente erram e defenderam que os cuidados paliativos sejam corrigidos primeiro; o Royal College of Psychiatrists manifestou “sérias preocupações” com a proteção de pessoas com doença mental. A virada de uma maioria de 23 votos a favor para 16 contra, em um ano e com texto praticamente igual, mostra que a questão está longe de resolvida.

Análise Ética:

O dilema é real e não se resolve por fórmula: a autonomia de quem sofre no fim da vida e a proteção de pessoas vulneráveis contra pressões — explícitas ou silenciosas — são ambas exigências universais. A questão ética não é qual das duas vence, mas se as salvaguardas propostas eram capazes de honrar a segunda sem sacrificar a primeira.

Análise Moral:

A moral institucional britânica sobre o tema mostrou-se instável: mudou de maioria sem mudança substancial no texto, sob o peso de igrejas, colégios médicos e do bloqueio dos Lordes. O argumento de “primeiro consertar os cuidados paliativos” é moralmente forte — mas, sem compromisso concreto com esse conserto, pode funcionar como adiamento indefinido.

Pergunta ao leitor:

Quando a condição para discutir a autonomia no fim da vida é a melhoria de um sistema de saúde que não tem prazo para melhorar, a prudência ainda é prudência — ou já é uma decisão tomada por omissão?



6. Meta suspende sem explicação a conta de anúncios da campanha de Lula a dez dias da eleição

Fato: Em 23 de setembro de 2026, a Meta restringiu a conta de anúncios “Eleições 2026 Luiz Inácio Lula da Silva Presidente” no Facebook, impedindo a criação e a veiculação de novos anúncios, sob a justificativa genérica de que “algumas das suas atividades não seguem nossas regras”. A conta foi reativada no mesmo dia, sem que a empresa explicasse o motivo da suspensão nem o da reativação.

A campanha interpelou a plataforma, alegando quebra da paridade de armas entre candidatos. Semanas antes, um experimento da Anistia Internacional havia mostrado que a Meta aprovou 8 de 14 anúncios com desinformação eleitoral submetidos em teste por uma conta sem verificação de identidade.

Região: Brasil / Global

Área da ética: Ética da informação, sociedade digital, integridade eleitoral

Por que importa?

Uma empresa privada estrangeira exerceu, sem processo, sem motivação e sem prestação de contas, um poder com efeito direto sobre a disputa presidencial de um país — o mesmo poder que, segundo testes independentes, ela não exerce de forma eficaz contra a desinformação.

Análise Ética:

Qualquer decisão que afete a igualdade de condições numa eleição exige justificativa pública e verificável. O problema não é que uma plataforma modere, mas que modere sem motivação, numa assimetria em que restringe a conta de um candidato registrado e deixa passar desinformação explícita submetida em teste.

Análise Moral:

A moral corporativa das plataformas trata a moderação como prerrogativa contratual, regida por termos de uso e sistemas automatizados, e a opacidade como proteção contra quem tentaria burlar as regras. É uma lógica coerente para um serviço privado — e insustentável quando esse serviço funciona, na prática, como infraestrutura do debate eleitoral.

Pergunta ao leitor:

Se uma plataforma pode suspender a campanha de um candidato sem dizer por quê e reativá-la sem dizer por quê, quem fiscaliza o fiscal da eleição digital?



Tendências

Setembro de 2026 consolidou três padrões que o PANORAMA passa a acompanhar.

Confissão não é prestação de contas

Agosto mostrou que, sem desenho prévio, a obrigação só chega pela exposição. Setembro mostra um cenário inverso e mais sutil: o risco foi exposto pelos próprios responsáveis — treinamentos suspensos, pedidos públicos de desaceleração, desculpas formais a um governo estrangeiro — e, ainda assim, a resposta institucional foi um compromisso redigido, executado e verificado pelo próprio setor. O reconhecimento do risco, por mais genuíno, não produz por si uma instância de julgamento independente. Sem ela, a confissão vira gestão de reputação.

A forma jurídica no lugar da pergunta ética

Em três jurisdições diferentes, a decisão relevante do mês foi tomada a partir de uma categoria formal: se o evento era “propaganda” (TSE), se a prova sustentava a ação penal (Singapura), se a conta “seguia as regras” (Meta). A forma não é irrelevante — é ela que protege contra o arbítrio. Mas, quando a forma se torna o único critério, a moral institucional passa a responder a uma pergunta que a ética não fez, e deixa sem resposta a que importava: houve engano, houve corrupção, houve tratamento desigual?

A responsabilidade se dispersa ao longo das cadeias

No Sudão, quem executa os ataques é nomeado; quem fornece armas e mercenários aparece como “rede”. Em Singapura, a empresa paga e os executivos são absolvidos. Nos laboratórios de IA, agentes “tomaram ações que não pretendíamos”. Em todos os casos, a responsabilidade não desaparece, mas se distribui entre intermediários — contratos, pessoas jurídicas, sistemas autônomos — até que ninguém pareça responder integralmente por ela. É o padrão que o PANORAMA registrou em agosto no ataque autônomo a Taiwan, agora estendido da tecnologia à guerra e à corrupção.



Comentário Final

Há uma frase de setembro de 2026 que resume o mês, e ela não foi dita por um regulador. Foi escrita por um dos responsáveis pela tecnologia que se pretende regular: “**precisamos desacelerar**”. É uma frase rara — e o PANORAMA não a trata com cinismo. Reconhecer publicamente o risco do próprio produto, suspender treinamentos e pedir desculpas a um governo estrangeiro são gestos que agosto, com a Meta e a HuidaGene, mostrou estarem longe de ser a regra.

Mas reconhecer o problema não resolve a questão de quem tem autoridade para julgá-lo. O acordo de 29 de setembro entrega essa autoridade aos mesmos que a haviam pedido de fora. E o padrão se repete em domínios que nada têm a ver com IA: uma plataforma que decide sozinha quem pode



anunciar numa eleição presidencial; um tribunal que responde à pergunta sobre um vídeo fabricado verificando se o evento era tecnicamente propaganda; uma acusação que encerra o caso dos indivíduos depois que a empresa pagou a conta.

É aqui que a distinção entre ética e moral deixa de ser vocabulário e passa a ser critério. A moral de um grupo — o setor de IA, a plataforma, a corte, o ministério público — pode ser coerente, prudente e até bem-intencionada. O que ela não pode é avaliar a si mesma, porque o critério de avaliação não pode ser a própria norma avaliada. Quando essa circularidade se instala, a moral passa a reivindicar o estatuto da ética: o que o grupo decide passa a ser apresentado como o que é correto.

No Brasil, isso tem consequência imediata. O segundo turno de 25 de outubro será disputado num ambiente em que a vedação ao conteúdo sintético foi interpretada de forma restritiva e em que o poder de moderar a circulação de campanhas permanece concentrado em empresas que não prestam contas de suas decisões. A ética não oferece um lado nessa disputa. Oferece uma exigência a ambos os lados: que toda decisão que afete a autonomia do eleitor seja justificada diante de quem não pertence ao grupo que a toma.

A pergunta que o PANORAMA devolve ao leitor é a seguinte: se em setembro até os fiscalizados pediram fiscalização, e ainda assim terminaram fiscalizando a si mesmos, o que falta não é consciência do risco — é alguém, fora do grupo, com posição para julgar. Quem deveria ocupar esse lugar, e por que ele continua vazio?



Leituras Recomendadas

- ❖ Trump, tech bosses sign voluntary pact pledging 'robust' AI safeguards (Al Jazeera, 29 de setembro de 2026)
 - <https://www.aljazeera.com/news/2026/9/29/trump-top-tech-firms-sign-agreement-to-self-police-ai-development>
- ❖ Trump calls AI oversight a 'globalist scheme' as Amodi and Altman head to the UN to ask for it (Fortune, 23 de setembro de 2026)
 - <https://fortune.com/2026/09/23/trump-un-ai-globalist-scheme-altman-amodi-security-council/>
- ❖ OpenAI pauses training of latest models after agents probed US government sites in unexpected ways (Associated Press / News4JAX, 26 de setembro de 2026)
 - <https://www.news4jax.com/business/2026/09/26/openai-pauses-training-of-latest-models-after-agents-probed-us-government-sites-in-unexpected-ways/>
- ❖ OpenAI reveals another hack into a government agency in Australia (ABC News, 2 de outubro de 2026)
 - <https://abcnews.com/Business/openai-reveals-hack-government-agency-australia/story?id=136945837>



- ❖ Big AI sets out its terms for regulatory capture and calls it 'Pace the frontier' (The Register, 14 de setembro de 2026)
 - <https://www.theregister.com/ai-and-ml/2026/09/14/big-ai-sets-out-its-terms-for-regulatory-capture-and-calls-it-pace-the-frontier/5296067>
- ❖ Por 4 votos a 3, TSE valida uso de vídeo de Bolsonaro feito com IA (Conjur, 2 de setembro de 2026)
 - <https://conjur.com.br/2026-set-02/deepfake-eleitoral-so-e-ilicito-se-servir-para-propaganda-eleitoral/>
- ❖ Sudan: External support networks are fuelling conflict and civilian harm, UN Fact-Finding Mission warns (OHCHR, 3 de setembro de 2026)
 - <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2026/09/sudan-external-support-networks-are-fuelling-conflict-and-civilian-harm-un>
- ❖ Former Sembcorp Marine CEO Wong Weng Sun acquitted of charges in Brazil corruption case (The Straits Times / Singapore Law Watch, 25 de setembro de 2026)
 - <https://www.singaporelawwatch.sg/Headlines/former-sembcorp-marine-ceo-wong-weng-sun-acquitted-of-charges-in-brazil-corruption-case>
- ❖ UK lawmakers vote down bill to allow assisted dying in England and Wales (Courthouse News / AP, 11 de setembro de 2026)
 - <https://www.courthousenews.com/uk-lawmakers-vote-down-bill-to-allow-assisted-dying-in-england-and-wales/>
- ❖ Campanha de Lula recorre contra bloqueio de anúncios na Meta (Poder360, 24 de setembro de 2026)
 - <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/campanha-de-lula-recorre-contr-bloqueio-de-anuncios-na-meta/>
- ❖ Brazil: Amnesty International experiment exposes Meta's failure to catch election-related disinformation ads on Facebook (Anistia Internacional, agosto de 2026)
 - <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2026/08/brazil-election-disinformation/>
- ❖ 'Digital Armies' and Disinformation: How Big Tech Is Hitting Brazil's Upcoming Election (Byline Times, 2 de outubro de 2026)
 - <https://bylinetimes.com/2026/10/02/digital-armies-and-disinformation-how-big-tech-is-hitting-brazils-upcoming-election/>